

CRISTIANE KOSLINSKI

EVOLUÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO NO PARANÁ NO PERÍODO 1995-2002

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia, no Curso de Graduação em Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Profº. Orientador: Pulquerio Bittencourt

**CURITIBA
2006**

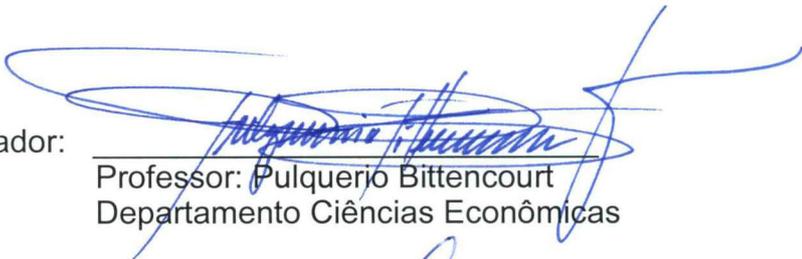
TERMO DE APROVAÇÃO

CRISTIANE KOSLINSKI

EVOLUÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO NO PARANÁ NO PERÍODO 1995-2002

Monografia aprovada como requisito parcial para a conclusão do curso de Ciências Econômicas, setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora.

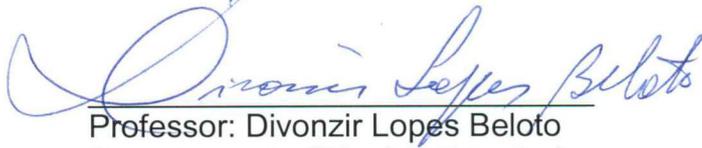
Orientador:



Professor: Pulquerio Bittencourt
Departamento Ciências Econômicas



Professor: Aldair Tarcisio Rizzi
Departamento Ciências Econômicas



Professor: Divonzir Lopes Beloto
Departamento Ciências Econômicas

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	iv
LISTA DE GRÁFICOS	v
LISTA DE QUADROS	v
LISTA DE MAPAS	v
RESUMO	vi
INTRODUÇÃO	vii
1 REFERENCIAL TEÓRICO	1
1.1 MARX: A SUBSTITUIÇÃO DO TRABALHADOR PELA MÁQUINA	1
1.2 MARX: A COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL	3
1.3 A TEORIA DO EMPREGO DE KEYNES	4
1.3.1 Investimentos	5
1.3.2 Expectativas	6
1.3.3 Investimento Público	6
1.3.4 Salários	6
1.3.5 Comércio Exterior	7
2 ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 90	8
2.1 O PROCESSO DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL NO BRASIL	8
2.2 PLANO REAL	10
2.3 TAXAS DE JUROS	12
2.4 A SITUAÇÃO DO EMPREGO	13
3 ECONOMIA PARANAENSE NOS ANOS 90	15
3.1 BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE	17
3.2 INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS	20
3.2.1 Programa Paraná Mais Empregos	20
3.2.2 Polo Automotivo Paranaense	21
4 EMPREGO NO PARANÁ NO PERÍODO 1995-2002	25
4.1 DIVISÃO MESORREGIONAL DO TERRITÓRIO PARANAENSE	25
4.2 EVOLUÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO NO PARANÁ	27
5 CONCLUSÃO	37
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

LISTA DE TABELAS

1	PIB Paraná no Período 1995-2002.....	16
2	Exportação e Importação no Período 1995-2002.....	19
3	Empregados na Indústria do Material de Transporte no Paraná.....	23
4	RMC: Número de Empregos nas Montadoras e por Fornecedores selecionados, 2000	24
5	Emprego formal no Paraná - 1995-2002	27
6	Variação do Número de Empregos no Período 1995-2002	28
7	Emprego por Atividade e Mesorregiões Paranaenses em 1995 e 2002	30

LISTA DE GRÁFICOS

1	Balança Comercial do Paraná	18
2	Concentração dos empregos por mesorregiões paranaense em 1995	33
3	Concentração dos empregos por mesorregiões paranaense em 2002	33
4	Evolução do emprego formal no paraná, segundo mesorregiões Geográficas, 1995-2002	35

LISTA DE QUADROS

1	Produtos e Data de Instalação das Empresas Automotivas Paraná – 1997/2002	22
2	Mesorregiões Geográficas do Paraná e Microrregiões	25

LISTA DE MAPAS

1	Mesorregiões Paranaenses	26
---	--------------------------	----

RESUMO

Este trabalho faz uma análise da oferta de emprego formal no estado do Paraná nos anos de 1995 à 2002. A partir de 1990 o país passou por profundas transformações em sua base econômica, que tiveram impacto direto sobre o mercado de trabalho. No Paraná o período também foi de transformações, em direção à um processo mais intenso de industrialização, que se tornou mais evidente após a chegada das indústrias automobilísticas na região de Curitiba. Os investimentos do governo, com intenção de promover o aumento da oferta de emprego, deram-se basicamente na forma de incentivos fiscais com o objetivo de atrair novas empresas para o Estado. Observou-se no período estudado uma melhora nos números do setor industrial, porém o número de vagas criadas ficou abaixo do esperado. Foi no interior do estado que a geração de empregos, relativamente, foi maior, porém a concentração destes continuou marcante na região de Curitiba.

INTRODUÇÃO

A geração de empregos sempre teve lugar de destaque nas discussões dos economistas. De acordo com dados obtidos na RAIS (*) do Ministério do Trabalho, o número de empregos formais no Paraná, com exceção em 1996 quando houve uma redução de 17.414 postos de trabalho, vem apresentando evoluções, em média 3,86% ao ano, no período entre 1995 e 2002. Este crescimento, porém, não ultrapassou percentual de 5,75% em 1997, sendo inferior ao crescimento da população economicamente ativa (PEA). Diante das estatísticas que apontam para números insatisfatórios de crescimento e geração de emprego, surge a pergunta: Quais fatores exerceram maior influência na oferta de postos de trabalho no Estado do Paraná?

Nos anos 90 a política econômica brasileira passou por transformações. A maior exposição externa, como resultado da abertura comercial, deixou a economia brasileira exposta a choques externos. A política macroeconômica adotada a partir de 1998, com aperto das políticas fiscal e monetária, teve como consequência redução de investimento privado. O investimento público também foi atingido pelos ajustes de finanças públicas.

No Paraná, a década de 90 também foi marcada por transformações. O estado passou por uma mudança em sua base econômica, deixando de ser um estado essencialmente agrícola, evoluindo em seu processo de industrialização, especialmente após a chegada das montadoras na Região Metropolitana de Curitiba. Essas transformações influenciaram, em grande parte, a precária evolução do emprego no período, tanto no Paraná como no Brasil.

A análise da evolução do emprego no Paraná nos anos de 1995 à 2002, assim como, dos fatores que tiveram maior influência sobre esta variável, é o objetivo deste trabalho. Este foi organizado em quatro capítulos. No primeiro, é exposta a visão de Marx referente à introdução da máquina na produção capitalista e sua consequência no nível de emprego, bem como, a tendência ao aumento da composição orgânica do capital, através da diminuição de sua parte variável. Apresenta-se também a teoria de Keynes, que explica o aumento do emprego em função do aumento do produto, via expansão de demanda agregada. No segundo capítulo é feita uma exposição sobre a economia brasileira nos anos 90, com

destaque para a nova política econômica, caracterizada pela estabilização monetária e abertura comercial. No capítulo 3 é apresentado um panorama da economia paranaense a partir da década de 90, com dados sobre a balança comercial no período, a apresentação do programa Paraná Mais Empregos e da implantação do pólo automotivo paranaense. No quarto capítulo são apresentados e analisados os números referente ao emprego no Paraná no período de 1995 à 2002.

(*) RAIS – Relação Anual de Informação Social

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será apresentada uma síntese do pensamento de Marx, exposto no seu livro “O Capital”, focando a incorporação da máquina na manufatura e a tendência ao aumento da composição orgânica do capital.

Será apresentada também, uma síntese da teoria keynesiana de expansão do volume de emprego, que servirá de embasamento teórico para as análises do trabalho.

1.1 SUBSTITUIÇÃO DO TRABALHADOR PELA MÁQUINA

Marx, no livro “O Capital”, relata que a luta entre o capitalista e o trabalhador remonta à própria origem do capital. A partir da introdução da máquina, passa o trabalhador a combater o próprio instrumental de trabalho, revolta-se contra essa forma determinada dos meios de produção, vendo nela o fundamento material do modo capitalista de produção.

O sistema de produção capitalista baseia-se na venda da força de trabalho como mercadoria pelo trabalhador. Ao tomar a forma de máquina, o instrumento de trabalho logo se torna concorrente do próprio trabalhador.

A auto expansão do capital através da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. A divisão manufatureira do trabalho particulariza essa força de trabalho, reduzindo-a à habilidade muito limitada de manejar uma ferramenta de aplicação estritamente especializada.

Quando a máquina ocupa o lugar do trabalhador, o valor-de-troca da força de trabalho desaparece juntamente com seu valor de uso, e o trabalhador é posto fora do mercado. A maquinaria transforma parte da classe trabalhadora em população supérflua, não mais imediatamente necessária à auto expansão do capital. Essa população fica diante de um dilema: ou sucumbe na luta desigual dos velhos ofícios e das antigas manufaturas contra a produção mecanizada, ou inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho e fazendo o preço força de trabalho cair abaixo do seu valor. Ao se apoderar aos

poucos de um ramo de produção, a máquina produz uma miséria crônica na camada de trabalhadores com que concorre. Quando a transição é rápida, seus efeitos são enormes e agudos. (MARX, 1996 p. 492)

“A máquina não é apenas um concorrente todo-poderoso, sempre pronto a tornar ‘supérfluo’ o assalariado. O capital, aberta e tendenciosamente, proclama-a o poder inimigo do trabalhador, manejando-a em função desse atributo. Ela se torna a arma mais poderosa para reprimir as revoltas periódicas e as greves dos trabalhadores contra a autocracia do capital.” (MARX, 1996 p. 499)

Os trabalhadores desempregados pelas máquinas e colocados no mercado de trabalho aumentam o número de força de trabalho à disposição da exploração capitalista. Essa consequência da introdução da máquina, que foi apresentado sob a forma de compensação para a classe trabalhadora, flagela-a, ao contrário, da maneira a mais terrível.

Os trabalhadores despedidos de um ramo industrial têm a possibilidade de conseguir ocupação em qualquer outro ramo. Se o acham, isto acontece através de novo capital adicional que procura aplicação, e de modo nenhum através do capital que já operava antes e se transformou em máquina. Mesmo nesse caso, suas possibilidades são enfimas. (MARX, 1996)

“Atrofiados pela divisão do trabalho, esses pobres diabos valem tão pouco fora de seu âmbito de atividade, que só encontram acesso em ramos de trabalho inferiores, e, por isso, superlotados e mal pagos” (MARX, 1996 p. 505)

O fluxo de força humana atraída para cada ramo industrial cresce anualmente, um contingente para substituir e para aumentar seus trabalhadores conforme suas necessidades regularmente reguladas. Quando a maquinaria despede parte dos trabalhadores ocupados em um determinado ramo industrial, o contingente que para ele aflui é redistribuído e absorvido por outros ramos, enquanto os despedidos em grande parte se arruinam e perecem no período de transição. (MARX, 1996 p. 505)

1.2 O AUMENTO DA COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL

A composição do capital, do ponto de vista técnico, é determinada pela relação entre o capital constante, formado pelos meios de produção, e, capital variável, representado pela força de trabalho vivo. (MARX, 1996 P. 712)

“O grau de produtividade do trabalho, numa determinada sociedade, se expressa pelo volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, num tempo dado, transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho” (Marx, 1996 p. 723).

Ou seja, o aumento da produção significa um decréscimo da quantidade de trabalho em relação à quantidade de meios de produção utilizados.

A mudança da composição técnica do capital é uma mudança qualitativa de sua composição, ocorrendo constantes acréscimos de sua parte constante à custa da parte variável, reduzindo a procura relativa de trabalho. Esse aumento de produtividade não provoca o aumento somente dos meios de produção empregados, como também faz cair o valor desses em comparação com seu volume. Assim o aumento da diferença entre capital constante e variável é menor que o total de meios de produção em que se converte o capital constante e total de força de trabalho em que se transforma o capital variável.

O modo de produção capitalista desenvolveu-se com a acumulação de capital. Esses dois fatores modificam a composição técnica do capital, e desse modo a parte variável se torna cada vez menor em relação à parte constante. A ampliação da riqueza aumenta a concentração desta nas mãos de capitalistas individuais, e o crescimento destes capitais individuais tem como conseqüência o aumento do capital social. A centralização consiste na “supressão de autonomia individual dos capitais formados”, na expropriação do capitalista pelo capitalista e na transformação dos pequenos capitais em poucos capitais grandes, acumulando-se nas mãos de um só. “Aumentando e acelerando os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera ao mesmo tempo as transformações na composição técnica do capital.” (MARX, 1996 p. 729)

Com o aumento do capital, cresce também sua parte variável, mas em proporções cada vez menor. A redução relativa da parte variável do capital, acelerada como aumento do capital global, e que é mais rápida do que este aumento, assume por outro lado, a aparência de um aumento absoluto da população trabalhadora mais rápida que o do capital variável. Uma população trabalhadora

excedente é um produto da acumulação de capital. Constitui-se num exército industrial de reserva disponível, pertencente ao capital.

“O desenvolvimento do modo capitalista de produção e da força produtiva do trabalho, causa e efeito ao mesmo tempo de acumulação, capacita o capitalista a por em ação maior quantidade de trabalho com o mesmo dispêndio de capital variável, explorando mais extensiva ou intensivamente, as forças de trabalho individuais.” (MARX, p. 738)

Com o mesmo capital compra mais força de trabalho ao substituir trabalhadores qualificados por outros menos hábeis. Assim mais força de trabalho é utilizada, porém sem recrutar novos trabalhadores, já que há uma superpopulação de trabalhadores.

1.3 A TEORIA DO EMPREGO DE KEYNES

A explicação clássica das causas do desemprego dizia que elas eram determinadas pelas estruturas rígidas do mercado de trabalho, que impediam que os salários baixassem até o nível do ‘equilíbrio’. Os clássicos acreditavam que o nível de produtos não sofreria grandes alterações, e todos os fatores de produção estariam ocupados na produção de bens e serviços que formam a renda. Isto formaria o chamado estado de "pleno emprego" dos fatores de produção. Assim, acreditavam que toda renda distribuída no ato da produção se dirigiria ao mercado para adquirir bens e serviços. Apoiando-se na Lei de Say: "toda oferta cria sua própria demanda" .

Para Keynes, “o volume de emprego é determinado no ponto de interseção da função de demanda agregada com e da função da oferta agregada, pois é neste ponto que as expectativas de lucro dos empresários serão maximizadas.” (KEYNES, 1988, p.34)

Dada a propensão marginal a consumir e as taxas de juros há apenas um nível de emprego de equilíbrio, qualquer outro levaria a uma desigualdade entre o preço de oferta agregada e a de demanda agregada (KEYNES, 1988, p. 35). Esse nível de emprego não precisa ser necessariamente o de pleno emprego mas deve ser menor que este, pois “quando o pleno emprego é alcançado, qualquer tentativa de aumentar ainda mais o investimento faz com que os preços tendam a subir sem limites...”. A insuficiência da demanda efetiva reduz o nível real do emprego até ficar

abaixo da oferta de mão de obra potencialmente disponível.

Quanto mais rica a comunidade maior a diferença entre a produção efetiva e a potencial. Nas comunidades mais ricas também são necessárias taxas de juros que diminuam a ritmos rápidos para que novos investimentos sejam atrativos (KEYNES, 1988, p. 37).

A expansão econômica se dá em Keynes via expansão de demanda agregada. A produção dos bens dependerá da procura por estes, e fica aquém do seu potencial quando a procura é deficiente.

A demanda agregada refere-se tanto aos gastos dos consumidores agregados, quanto aos gastos das empresas de acordo com as estimativa que fazem ao determinar o volume de produção que vão realizar. (L.M.BORBA, 1977, p.33).

1.3.1 Investimentos

Existe desemprego quando o investimento é menor que a poupança dos agentes, pois esta enfraquece a procura de bens de consumo. A decisão de expansão por parte dos empresários, sem aumento no desejo de poupar dos indivíduos acarretará num aumento de atividade nas indústrias de bem de capital. A renda se eleva, aumentando o consumo, ocasionando novo aumento nas indústrias de bens de consumo e novamente aumento da renda.

O montante corrente de investimentos dependerá do incentivo para investir, que dependerá da eficiência marginal do capital, ou dos seus rendimentos esperados, e das taxas de juros sobre os empréstimos. (KEYNES, 1988, p.35). Assim a taxa de juros exerce influência importante sobre o investimento.

A expectativa de um aumento no excesso do investimento sobre a poupança, dado o volume anterior de emprego e produção, induzirá os empresários a aumentar o volume do emprego e produção. O volume de emprego é determinado pelas estimativas da demanda efetiva feitas pelos empresários, e o critério para aumento desta um aumento previsto do investimento em relação à poupança.

1.3.2 Expectativas

As expectativas dos empresários, de curto e de longo prazo, é que determinam o nível de emprego oferecido pelas empresas. Os resultados efetivos da produção influem sobre o emprego, à medida que modificam as expectativas. Os produtores baseiam suas expectativas na hipótese de que a maioria dos resultados observados mais recentemente continuará.

1.3.3 Investimento Público

Os investimentos em obras públicas, realizados pelo governo, não são motivados pelos lucros, visam benefícios à comunidade. A compra de armamentos também são investimentos estatais (ROBINSON, 1960, p.47).

Em situação de desemprego elevado, o custo para o governo de um investimento é menor que a despesa real feita para realização da obra. O aumento dos empregos aumenta a renda e com esta o consumo, assim, eleva-se também a arrecadação de impostos diretos e indiretos (ROBINSON, 1960 p.49).

Aumentos de capital real, obtidos através da realização de obras públicas, é um ganho líquido e além deste existe o aumento de consumo e diminuição da miséria. Observa-se que os governos vêm compreendendo que podem interferir, através de realização de obras públicas, quando investimentos privados declinam. (ROBINSON, 1960, p. 52)

1.3.4 Salários

Segundo a teoria clássica uma redução nos salários nominais, "*ceteris paribus*", tende a aumentar diretamente o emprego devido à diminuição dos custos de produção. Keynes contesta, apontando que esta redução ocasiona também queda no poder de compra de alguns trabalhadores, afetando negativamente a demanda agregada.

Qualquer variação em salários monetários (nominais) pode provocar oscilações positivas ou negativas no nível de empregos. Entretanto, considerando

que a taxa de juros permaneça constante, qualquer alteração nos salários monetários provavelmente não ocasionará alteração significativa no nível de emprego, positiva ou negativamente. (ROBINSON, 1960, p.69)

1.3.5 Comercio Exterior

Do ponto de vista de um país, um excesso de exportações sobre as importações tem todas as características de um investimento. As rendas obtidas com as exportações aumentam a procura por bens de consumo, enquanto a renda gasta com produtos importados diminuem a procura de bens produzidos no país. Assim, o aumento das exportações e decréscimo nas importações cria empregos e aumentam a renda e poupança internas, todos os efeitos de um acréscimo no investimento.

O investimento estrangeiro no país aumenta a riqueza da comunidade. O aumento da atividade interna e redução do desemprego, porém, reduzem os investimentos estrangeiros, devido às elevações nos salários nominais que aumentam as importações e reduzem as exportações. (ROBINSON, 1960, p. 129-133).

2 ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 90

Nos anos 90 surge uma nova estrutura produtiva no país. Rompe-se com o tripé (capital estatal, privado nacional e estrangeiro), que sustentou a produção industrial até então, estabelecendo-se um papel menor e subalterno ao capital nacional e, com a privatização do setor público estatal, uma maior participação relativa do capital estrangeiro. Sem dúvida a transformação mais visível foi a derrota da hiperinflação. O processo de privatização, de abertura comercial, de desregulamentação financeira e de restrição do gasto público foi acompanhado pela formação de uma significativa reserva monetária visando dar sustentação ao programa de estabilização.

As políticas macroeconômicas do período, além de contribuir para provocar uma nova situação recessiva, provocaram o agravamento do processo de desestruturação produtiva e do mercado de trabalho. Além da instabilidade macroeconômica, a invasão de produtos importados contribuiu para agravar ainda mais o emprego e o valor agregado por unidade produzida pelas principais e mais complexas cadeias industriais. (MATTOSO & POCHMANN, 1998)

2.1 O PROCESSO DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL NO BRASIL

No período 1988-93 no Brasil, realizou-se um amplo processo de liberalização comercial em que se concedeu maior transparência à estrutura de proteção, eliminaram-se as principais barreiras não-tarifárias e reduziram-se gradativamente o nível e o grau de proteção da indústria local. Esse processo ocorreu em duas etapas distintas.

A primeira, entre 1988 e 1989, caracterizou-se pela redução da redundância tarifária média (de 41,2% para 17,8%) e por uma alteração pequena na estrutura tarifária. Foi abolida a maior parte dos regimes especiais de importação, unificaram-se os diversos tributos incidentes sobre as compras externas e reduziram-se levemente o nível e a variação do grau de proteção tarifária da indústria local. A segunda teve início em 1990, com a definição de novas diretrizes para a política industrial e de comércio exterior e estava prevista para ser concluída em dezembro

de 1994. A nova Política Industrial e de Comércio Exterior (Pice) extinguiu a maior parte das barreiras não-tarifárias herdadas no período de substituição de importações e definiu um cronograma de redução das tarifas de importação. (MOREIRA & CORREA, 1997)

A redução das alíquotas de importação foi planejada para ocorrer de maneira gradual entre 1991 e 1994. O cronograma de abertura foi mantido até outubro de 1992, quando ocorreu uma antecipação das reduções tarifárias previstas para 1993 e 1994, implicando uma redução de seis meses no prazo de conclusão da reforma. Até o final de 1995, a estrutura de proteção sofreu novas alterações provocadas por outros quatro fatores: o programa de estabilização de preços, os compromissos assumidos pelo país com a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), os desequilíbrios da balança comercial e as demandas por proteção de setores prejudicados pela abertura. Os dois primeiros fatores ampliaram a redução tarifária até fins de 1994, quando os dois últimos fatores passaram a atuar na direção contrária, elevando a proteção de segmentos do setor de bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrônica de consumo. (MOREIRA & CORREA, 1997)

O Brasil iniciou a liberalização da conta de capital quase que simultaneamente à abertura comercial. O processo começou em janeiro de 1989 com a introdução do mercado de taxas flutuantes para operações relacionadas a atividades de turismo ou afins, inaugurando um movimento gradual de expansão da conversibilidade da moeda nacional que culminou com o acesso direto de investimento institucionais estrangeiros ao mercado de ações e de renda fixa brasileiros.

A relativa liberalização cambial, conjugada com a elevação do diferencial entre taxas de juros interna e externa associado às necessidades de estabilização, provocou um expressivo aumento dos investimentos estrangeiros no país. A partir de agosto de 1993, o processo de liberalização sofreu uma série de idas e vindas em função da situação do Balanço de Pagamentos (particularmente face à crise do México em dezembro de 1994), que afetaram sobretudo as aplicações de recursos externos. (MOREIRA & CORREA, 1997).

Até agosto de 1994 a opção do governo era por neutralizar as pressões sobre a taxa de câmbio real, causadas pela entrada massiva de recursos, preservando o sistema de crawling-peg e acumulando reservas e dívidas públicas.

Esta última, para neutralizar o impacto da compra de reservas sobre a expansão monetária. Apesar dos esforços, o governo não conseguiu evitar a apreciação da taxa de câmbio real. (MOREIRA & CORREA, 1997).

De acordo com os números apresentados no estudo de Moreira e Najberg (1998), analisando o período 1990-1996, o custo-emprego no curto prazo foi relativamente reduzido, cerca de 1.079.108 empregos perdidos, ou 1,8% do pessoal ocupado. O impacto do comércio exterior favoreceu as atividades mais intensas em trabalho, como a agricultura, a extrativa e os serviços, em detrimento da indústria de transformação.

“...levando-se em consideração que a abertura foi feita em uma conjuntura de apreciação da taxa de câmbio real, pode-se dizer que os resultados sugerem que o desemprego de curto prazo, fruto do processo de reestruturação produtiva que normalmente acompanha a liberalização comercial, foi relativamente reduzido”. (MOREIRA & NAJBERG, 1998).

Segundo Pochmann (2001), o novo mix na produção doméstica, levado pela substituição dos produtos intermediários e de bens de capital produzidos internamente por importados, comprometeu a capacidade de geração de empregos no país. A substituição da produção nacional fez com que o aumento da produção interna não incidisse sobre o nível de empregos, mas sobre o montante de importações.

“A maior presença das importações ao longo dos anos 90 foi responsável pela ‘exportação’ de cerca de 1,2 milhão de empregos pertencentes ao setor industrial. Desta forma, a aquisição de bens e serviços importados contribuiu para a destruição de parcela significativa dos empregos internos e para a criação de parte dos postos de trabalho no exterior.” (POCHMANN, 2001, p. 111)

2.2 O PLANO REAL

O principal acontecimento na economia brasileira nos anos 1990 certamente foi a implantação do Plano Real em julho de 1994. A Lei nº 9.069, aprovada em 29/06/1995, que criou a nova unidade monetária, o real, desenhava também uma política monetária para manter o crescimento da moeda alinhado à disponibilidade de reservas internacionais. Inicialmente foi adotada uma banda cambial limitada apenas superiormente, e depois completa, proporcionando certa margem de manobra no seu interior e na alteração dos próprios limites da banda de flutuação.

No caso brasileiro a paridade máxima entre o real e o dólar foi anunciada, oficialmente, no momento da implantação do Plano Real, como equivalente a R\$ 1 = US\$ 1. O limite inferior não foi num primeiro momento oficialmente fixado. Entre julho e setembro de 1994 não houve qualquer intervenção no mercado de câmbio e a taxa de câmbio sofreu, de fato, uma apreciação, caindo para algo em torno de R\$ 0,85 / US\$ 1. Em setembro o Banco Central realizou sua primeira intervenção no mercado de câmbio e anunciou, em outubro, informalmente, que estaria disposto a comprar dólares a uma taxa mínima de R\$ 0,82 / US\$ 1, e vender a uma taxa máxima de R\$ 0,86 / US\$ 1. Estava assim caracterizado um sistema informal de bandas cambiais tendo apenas um limite superior oficialmente determinado mas um limite inferior implicitamente assumido, haja visto o comportamento da autoridade monetária. A institucionalização do regime de bandas, com a determinação oficial de limites inferiores e superiores só ocorreu, de fato, a partir do final do primeiro trimestre de 1995. (SILVA, 2002)¹

Nos primeiros dezoito meses o plano obteve alguns resultados positivos: ocorreu uma desinflação progressiva, o nível de atividade acelerou-se, a renda apresentou crescimento, a distribuição da renda desconcentrou-se e a pobreza diminuiu. (DIEESE, 1999a)

Em março de 1995, para interromper a fuga de capitais provocada pela crise mexicana, o governo adota nova política para o câmbio: o sistema de banda cambial, com determinação oficial de limites inferiores e superiores para flutuação da cotação do dólar. Outras medidas também foram adotadas visando a contenção monetária, como o corte no crédito e choque nos juros. As conseqüências foram uma redução na taxa de crescimento da economia brasileira, com forte retração da produção industrial e aumentos sucessivos na taxa de desemprego no país. (DIEESE, 1998)

Em outubro de 1997, novo choque de juros é realizado para manter a política de sobre-valorização da moeda, abalada pela crise asiática. Menos de um ano depois, a crise da moratória Russa atinge novamente a economia brasileira, a partir de agosto de 1998. O governo atua com outro choque de juros, mas não conseguiu interromper a fuga de capitais. Os efeitos sobre a renda e o desemprego foram drásticos: o PIB cai pela primeira vez desde o início do Plano, o rendimento médio dos ocupados passa a regredir e o desemprego supera os recordes dos últimos quinze anos. (DIEESE, 1999a).

¹ SILVA, J.L.F. Plano Real e Ancora Cambial. Revista de Economia Política. 2002 v. 22

O governo firma então um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e consegue uma linha de crédito para impedir o ataque à moeda nacional. Esse acordo não impediu o colapso da política cambial e a partir de janeiro de 1999, após uma tentativa de mudar o regime cambial, o mercado impôs a adoção da flutuação do real. (DIEESE, 1999a)

Conforme LOURENÇO (1995)² o Plano de Estabilização provocou intransigências no lado real da economia que podem ser sintetizadas “pela pronunciada desaceleração do ritmo de produção e negócios, decorrente da redução do consumo e do aumento do nível de inadimplência dos consumidores e empresas, afetando negativamente as decisões de novos investimentos.”

2.3 TAXAS DE JUROS

As taxas de juros reais elevadas, praticadas durante todo o período, exercem o duplo papel de atrair recursos externos e conter o crescimento econômico, funcionando para tentar equilibrar o desequilíbrio das relações com o exterior. Além disso, no período posterior à desvalorização do real, as taxas de juros elevadas serviram para conter ainda mais a atividade econômica, tentando evitar um repasse a preços generalizado dos impactos da desvalorização cambial. (DIEESE, 1999b)

“No âmbito doméstico o encarecimento do preço do dinheiro cumpre o papel de desaquecer a economia de forma a reverter os déficits comerciais, em tempo e intensidade capazes de evitar pronunciadas desvalorizações cambiais e seus desdobramentos inflacionários e/ou o aparecimento de focos de inflação de demanda.” (LOURENÇO, 1995, p. 4)

A elevação exorbitante das taxas de juros foi bem sucedida no sentido de consertar os desequilíbrios da balança comercial e manter a política econômica, sobre o mercado de trabalho, no entanto, “as conseqüências foram a elevação dos níveis de desemprego e consumo rápido das ocupações geradas” na primeira fase de implantação do Plano Real. (DIEESE, 1995)

Altas taxas de juros inviabilizam o fornecimento de crédito aos agentes. A redução do consumo e do investimento, via retração da demanda, diminuem o

² LOURENÇO, G.M. Reflexos do Plano Real sobre a Economia Paranaense. IPARDES. Análise Conjuntural. v. 17, n. 11-12, p.4. nov./dez., 1995

produto e o emprego. A retomada do crescimento nacional em novas bases, com substituição por um sistema com metas de inflação e taxa de câmbio flutuante, teve impactos positivos sobre o mercado de trabalho.

“No caso do Paraná, a restrição monetário-orçamentária, os juros reais elevados e a defasagem cambial explicam o quadro de descapitalização e inadimplência dos produtores rurais, de pronunciada diminuição da produção industrial, de retração do movimento comercial e de declínio nas exportações, inclusive para os países do Mercosul.” (LOURENÇO, 1995, p. 5)

2.4 A SITUAÇÃO DO EMPREGO

Muitas são as causas do crítico desemprego no Brasil nos anos 90, entre elas podem ser destacadas as baixas taxas de expansão da economia brasileira nas décadas de 1980 e 1990 e o novo modelo econômico, de inserção competitiva no mercado mundial, que vigorou no período. Mesmo a combinação estabilidade monetária e expansão da produção não foi suficiente para uma redução nas taxas de desemprego. (POCHMANN, 2001).

Dentre as evidências do novo modelo econômico está a nova composição da demanda agregada, que sofreu alterações devido à revisão do papel do Estado na economia (diminuição e descentralização dos gastos e privatizações), ao endividamento e dependência externos, à fusão de grandes empresas e à estabilização monetária. Alterações que não se mostraram suficientes para permitir a retomada do desenvolvimento socioeconômico, nem para possibilitar a ampliação da geração de empregos. A reinserção externa é outra evidência do novo modelo econômico, e esta mudança desacompanhada de política industrial ativa, comercial defensiva e social compensatória impossibilitou a retomada do crescimento econômico sustentado. Outra evidência é o ganho de importância, nos anos 90, do processo de reestruturação produtiva das empresas no país. Novos fundamentos competitivos foram introduzidos, buscando-se maior produtividade e inserção externa. Pode-se observar “tanto a destruição como a reestruturação de parte das cadeias produtivas”. Por fim, a última evidência do novo modelo, a reformulação do setor público. Notaram-se esforços em comprimir os gastos operacionais e a intenção de “enxugamento” do pessoal, percebida através da adoção de programas de demissão voluntária, fechamento de órgãos estatais e reforma administrativa. (POCHMANN, 2001)

No período estudado nota-se uma relativa paralisação da produção industrial. A estabilização monetária, associada à maior oferta de importados e ingresso de recursos externos, provocaram uma recomposição do PIB Brasileiro, na qual o setor secundário perde participação relativa enquanto o setor de serviços eleva sua participação na produção nacional. (POCHMANN, 2001).

Para amenizar a grave situação do desemprego no país, de acordo com POCHMANN (2001), seriam necessárias metas econômicas comprometidas com a ampliação do emprego, com implementação de orçamentos públicos focalizados na geração de emprego e renda e, medidas tributárias apropriadas a melhor geração de ocupação e renda. Deveria haver uma retomada dos investimentos em infraestrutura material.

“Esses investimentos, além de geradores de muitos empregos, são portadores de efeitos tanto multiplicadores sobre o nível de atividade em vários setores econômicos como impulsionadores do padrão de cidadania. [...] Se descentralizados até o plano municipal e comunitário, se difundidos e financiados nacionalmente, os programas de infraestrutura possivelmente teriam maior repercussão sobre o emprego, tendo em vista que as autoridades locais atendem a estar mais condicionadas pelos problemas do desemprego e da infraestrutura do que as autoridades nacionais.” (POCHMANN, 2001, p. 127)

3 ECONOMIA PARANAENSE NOS ANOS 90

A política econômica e os ajustes em direção à um modelo globalizado, expresso na abertura comercial, nas privatizações, nas liberações de fluxos de capitais e na estabilidade monetária mediante valorização cambial, que limitaram as possibilidades de crescimento econômico, tiveram impacto sobre o mercado de trabalho brasileiro e das unidades federativas. (IPARDES, 2003)³

“As estratégias regionais de atração de investimentos externos encetadas individualmente por alguns governos estaduais na segunda metade da década, como seria esperado, não foram suficientes para compensar os efeitos das políticas mencionadas sobre o mercado de trabalho” (IPARDES, 2003, p. 46)

Conforme dados do IPARDES (2003), no Paraná, nos anos 90 a população economicamente ativa (PEA) apresentou taxa anual de crescimento de 1,74%, com número de pessoas inseridas no mercado de trabalho passando de 4,4 milhões para 5,1 milhões. Porém, desta população foi o segmento de desempregados que apresentou maior crescimento relativo, 156 mil pessoas no período, passando a taxa de desemprego estadual de 5,7% para 8,3%.

Uma das preocupações referente às ocupações no período foi quanto à precarização das relações de trabalho, pois esta implica maior instabilidade nos vínculos empregatícios e exclusão de benefícios, como seguro desemprego, FGTS e previdência social. No Paraná, verifica-se uma recuperação do nível de formalização, passando a taxa de 34,6% para 38,3% entre 1992 e 2001. Entretanto, no setor privado os vínculos formais tiveram redução de 89,1% para 81,5% no mesmo período. (IPARDES, 2003)

Ao longo da década passada o Estado apresentou um crescimento moderado, ainda que ligeiramente superior ao do país. O PIB (ver tabela 1) expandiu-se à taxa anualizada de 3,4%, enquanto a do Brasil foi de cerca de 3%, o Estado manteve-se assim como a quinta economia no país. (IPARDES, 2003)

³ IPARDES. Paraná: diagnóstico social e econômico. Curitiba, 2003, p. 46

Tabela:1 – PIB Paraná no Período 1995-2002

ANOS	PIB – PR – R\$ Milhão
1995	38 369
1996	47 720
1997	52 849
1998	56 798
1999	61 724
2000	65 969
2001	72 770
2002	81 449

Fonte: IPARDES In: Análise Conjuntural, v.28, n. 07-08, p.52, jul./ago. 2006

Assim como a brasileira, a indústria paranaense enfrentou no período desafios que exigiram uma nova postura, mais ágil e dinâmica em suas estratégias de gestão e de posicionamento no mercado. Esse ajuste nas empresas, teve impacto negativo sobre os postos de trabalho, refletindo-se, porém, positivamente no que tange à modernização, incorporando novos processos e tecnologias. O quadro atual da indústria paranaense espelha uma estrutura empresarial composta por três grandes grupos. O primeiro é composto pelas grandes empresas nacionais e multinacionais que aumentaram sua participação no Estado, particularmente nos setores eletrometalmecânico e em alguns segmentos da agroindústria. Num segundo grupo estão as cooperativas, cuja estratégia tem sido de ampliação e diversificação produtiva. Em um terceiro grupo estão as pequenas e médias empresas, onde predominam ambientes com restrição produtiva, principalmente de natureza tecnológica, financeira e de gestão. (IPARDES, 2003)

De acordo com LOURENÇO (2001), até 1995 o Estado do Paraná apresentava uma estrutura produtiva sustentada nas etapas iniciais e intermediárias do complexo agroindustrial. Esta restrição impunha à base econômica do Estado uma forte dependência das condições climáticas, do comportamento dos mercados mundiais de commodities e da política agrícola do governo federal.

A década de 90, especialmente a sua segunda metade, foi marcada pelo resgate de uma autêntica “vontade de industrialização no Paraná”, interrompida durante um decênio e meio, por conta dos constrangimentos macroeconômicos ao crescimento do país. A mudança de postura do Estado, buscando um processo de industrialização, acontece a partir do final de 1994, em meio a um cenário de elevação da taxa de investimento da economia brasileira.

LOURENÇO ⁴ (2001) aponta três vetores de investimentos, sobre os quais se apóia o processo de mudança da base econômica do Estado: retaguarda, vanguarda e operativo.

No eixo de inversão-retaguarda destacam-se iniciativas destinadas à correção das ineficiências e desperdícios derivados da deterioração do aparato infra-estrutural do Estado.

O vetor investimento-vanguarda compreende a expansão da base científica e tecnológica na direção da introdução de novos paradigmas, englobando as áreas de gestão, processos e produtos, e implicando ganhos de produtividade e competitividade do parque produtivo operante no Estado.

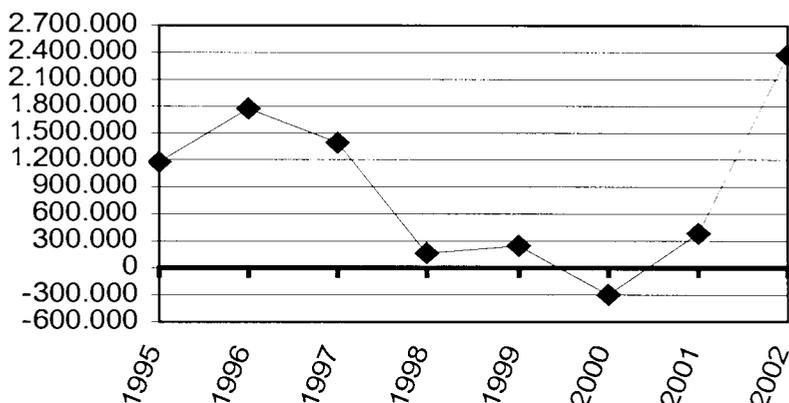
O vetor de inversão operativo é composto por cinco grupos. O primeiro corresponde à formação de um pólo automotivo, que começou ainda nos anos setenta, com a vinda da New Holland e da Volvo. O segundo grupo compreende a acentuação da verticalização das cadeias agrícola e agroindustrial na busca de maior agregação de valor à produção primária. O terceiro conjunto operativo inclui a expansão quantitativa e qualitativa da capacidade produtiva do complexo madeireiro-papeleiro. O quarto grupo trata do rearranjo da frente externa, especialmente com os mercados do Cone Sul, representando importante fronteira de avanço dos fluxos de comércio. O quinto conjunto operativo equivale ao melhor aproveitamento das vocações e ao desenvolvimento das aptidões regionais.

3.1 BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE

O Paraná tem uma importante participação no comércio externo brasileiro. Tendo uma forte tradição exportadora, apresentou sucessivos saldos positivos em sua balança comercial, sendo os mais significativos os que ocorreram nos anos de 1996 e 2002, com saldos de US\$ 1.781 milhões e US\$ 2.366 milhões respectivamente. No gráfico 1, podemos observar a evolução do saldo da balança comercial paranaense entre 1995 e 2002.

⁴ LOURENÇO, G. M. O Paraná e o Redesenho das Economias Regionais. Revista FAE. Curitiba, v. 4, maio/ago., 2001

Gráfico n.º 1 - Balança Comercial do Paraná – US\$ 1.000



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior -
 Secretaria do Comércio Exterior
 In: IPARDES. Análise Conjuntural, v.28, n.07, p.44, jul/ago. 2006
 Elaboração própria

O superávit comercial superior a US\$ 1 bilhão inverteu-se a partir de 1997, quando identificamos uma queda no saldo. Essa inversão não foi tanto decorrente de quedas nas exportações mas sim, por um aumento considerável de importações, principalmente de bens de material de transporte pelas montadoras que instalaram-se no Estado. Os anos entre 1998 e 2001 foram os com saldos menos expressivos, e em 2000 tivemos déficit de US\$ 293 milhões. Resultados em função das crises asiática e russa, e ainda dos baixos preços dos produtos agrícolas no exterior.

De acordo com o IPARDES ⁵, nos anos noventa nota-se uma mudança no perfil das vendas externas do Estado. A presença significativa dos produtos básicos na pauta exportadora cede gradativamente espaço aos bens industrializados, distribuídos em semi-manufaturados e manufaturados. Mas certamente o Estado destaca-se como um dos principais produtores de bens agrícolas do País, e a principal preocupação quanto à expressiva participação de produtos básicos na pauta de exportação é a grande vulnerabilidade do desempenho exportador do Estado diante de fatores exógenos, como a variação de preços internacionais.

Em relação à 1995, os anos de 1996 e 1997 apresentam uma retomada do crescimento das exportações (19,02% e 14,31%, respectivamente), resultado, de acordo com WOSCH (1999, P. 3), da ascensão dos preços da soja e seus derivados, complexo que responde tradicionalmente por quase metade das exportações estaduais. EM 1998, com nova queda nos preços, as exportações

⁵ Wosch, L. F.O. Perfil das Exportações Paranaenses nos Anos Noventa. IPARDES. Análise Conjuntural, v.21, n.11-12, nov/dez.1999

paranaenses recuaram 12,9%.

Tabela 2 – Exportação e Importação Paranaense no Período 1995-2002

Ano	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDO (A) - (B)
	Valor (A)	Var (%)	Valor (B)	Var (%)	
1995	3.567.346	1,73	2.390.291	50,39	1.177.055
1996	4.245.905	19,02	2.434.733	1,86	1.781.035
1997	4.853.587	14,31	3.306.968	35,82	1.390.815
1998	4.227.995	-12,9	4.057.589	22,7	164.104
1999	3.932.564	-6,99	3.699.957	-8,81	233.459
2000	4.392.091	11,69	4.685.381	26,63	-293.579
2001	5.317.509	21,07	4.929.457	5,21	388.052
2002	5.700.199	7,2	3.333.800	-32,37	2.366.399

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - Secretaria do Comércio Exterior

In: IPARDES. Análise Conjuntural, v.28, n.07, p.44, jul/ago. 2006

Elaboração própria

A valorização do real também influenciou negativamente o saldo da balança paranaense no período, pois tornou os produtos importados bastante competitivos no mercado interno. Em 2001 observa-se novo impulso às exportações (ver tabela 2), decorrente da desvalorização cambial, quando a cotação média do dólar passou de R\$ 1,83 em 2000 para R\$ 2,35 em 2001.

Em 2001, as exportações tiveram um aumento significativo em relação ao ano anterior (21,07%). Neste ano houve um aumento de mais de cinquenta por cento nas exportações do grupo de carne, liderado pela venda de aves. Esse grupo foi favorecido pela moléstia da “vaca louca” que contaminou o gado bovino europeu, cuja repercussão foi a substituição da carne vermelha pela de frango no continente e a interrupção dos pedidos de carne atendidos por produtores europeus, o que permitiu maior inserção da carne brasileira nos referidos mercados. (IPARDES, 2002)⁶

O processo de abertura econômica do Brasil e o processo de privatizações foram importantes motivações para o país ser um dos principais destinos de investimento internacionais. Dentro do contexto brasileiro de atração de investimento, o Paraná se destacou. O período 1999-2001 caracterizou-se por investimentos no setor automotivos na região metropolitana de Curitiba. Notou-se alteração da pauta de exportação do Estado, que nos anos de 2000 e 2001, mostrou crescimento da participação dos produtos industrializados, com destaque para automóveis, máquinas e equipamentos e componentes.

⁶ IPARDES. Comércio Exterior. n.6, 2002.

Além da intenção do governo federal em impulsionar as exportações brasileiras, outra iniciativa do executivo federal contemplou a inserção de pequenas e médias empresas no rol de firmas exportadoras. Reconhece-se, pelo menos a curto e médio prazos, que tal esforço não possui capacidade de ampliar significativamente a receita com as exportações; porém, em termos de geração de empregos, revela importante potencial.

Analisando os dados da balança comercial, pergunta-se: os incentivos ofertados no intuito de atrair os investimentos externos para o Estado, e inverter a situação da balança de pagamentos, aumentando as exportações, tiveram o êxito esperado em promover o crescimento da economia do Estado e consequentemente estimular a geração de empregos?

3.2 INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS

Os investimentos públicos e o estímulo aos investimentos privados nas áreas de infra-estrutura social, além de contribuir estrategicamente para o crescimento da economia, constituem requisitos essenciais ao desenvolvimento econômico sob critérios de equidade e se traduzem em uma das fontes mais relevantes para a geração de novos empregos.

3.2.1 Programa Paraná Mais Empregos

O Paraná Mais Empregos, criado em dezembro de 1996 (Decreto Estadual 2736) é um programa de apoio de incentivos fiscais para a implantação de novas indústrias, projetos de expansão e/ou reativação de indústrias e modernização de unidades industriais. O incentivo também aplicava-se aos gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2000)

A ênfase do incentivo foi alicerçada sobre a postergação do pagamento da parte do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) incremental. O estabelecimento beneficiado pelo programa retém a parte do ICMS enquadrado numa forma de auto financiamento. O incentivo fiscal funciona como empréstimo pra giro, lastreado nos recursos derivados das atividades realizadas pelo próprio

empreendimento beneficiário. (LOURENÇO, 2002)

Os principais objetivos do Programa eram:

- Estimular novos investimentos industriais no Estado;
- Oferecer condições de integração de cadeias produtivas prioritárias ao interesse econômico e social do Paraná;
- Permitir maior e melhor distribuição regional dos investimentos;
- Estimular a criação de fornecedores de partes, peças e componentes de mecânica, de material elétrico e de comunicações, de material de transporte e de química;
- Apoiar a modernização tecnológica e o desenvolvimento de novos produtos, financiando gastos em pesquisa e desenvolvimento contratados em instituições localizadas no Estado. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS , 2000)

Na parte introdutória do Programa, por ocasião da implantação do pólo automotivo, a política de incentivos do governo era mais agressiva. Nesse período, em meados dos anos 90, o Paraná concedia diferimento de 100% do ICMS incremental para investimentos em todo Estado, por um período de 48 meses, com pagamento em 48 meses e sem juros. Passado o surto de industrialização, o governo reduziu a percentagem do incentivo em algumas regiões do Estado, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba, reorientando a sua política de incentivos para o interior do Estado. O governo estava interessado em estimular empresas que acrescentassem valor às matérias-primas produzidas no Estado. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS , 2000)

O Programa Paraná Mais Empregos foi suspenso devido a ação direta de inconstitucionalidade promovida pelo estado de São Paulo.

3.2.2 Polo Automobilístico do Paraná

As primeiras montadoras se instalaram no Estado do Paraná nos anos 70, como a Volvo (1970), produtora de ônibus e caminhões, e a New Holland (1975), produtora de máquinas colheitadeiras. Este setor se manteve em atividade com a participação dessas duas empresas até a década de 90, quando, a indústria automobilística no Paraná recebeu incentivos fiscais⁷, financeiros e de infra-estrutura

⁷ Dilatação do prazo de recolhimento do ICMS por quatro anos, isenções de ISS e IPTU por dez anos.

do governo do Estado para instalação de empresas na região de Curitiba, com previsão de surgimento de novos empregos e aumento da produção. (IPARDES, 2005⁸)

A primeira montadora a se instalar e iniciar a produção foi Daimler Chrysler, inaugurada em junho de 1998 na cidade de Campo Largo, RMC. Juntamente com a BMW, a Chrysler investiu em uma fábrica de motores, a Tritec, que tem capacidade produtiva de 400 mil motores/ano. Porém, três anos após a inauguração, em abril de 2001, a Chrysler encerrou suas atividades no Estado em virtude de problemas mercadológicos. (ARAUJO & MOTIM, 2003).

Em dezembro de 1998 foi inaugurada na cidade de São José dos Pinhais, também na região metropolitana de Curitiba a Renault. A unidade paranaense tem capacidade de produção de 120 mil veículos por ano e foi criada com o intuito de obter flexibilidade e objetivando, ao máximo, a redução dos custos de produção. A Audi/Volkswagen, inaugurada em janeiro de 1999 em São José dos Pinhais, tem capacidade instalada para a produção de 160 mil veículos/ano. O acordo firmado com a Renault, em 1996, estabeleceu que cabia ao Estado, além de ceder benefícios fiscais, ter a participação acionária nos projetos estratégicos da empresa. A Renault, por sua vez, deveria fazer toda a sua importação e exportação pelo Paraná. (SANTOS & PINHÃO, 1999)

Todos esses investimentos colocaram o Paraná como um importante pólo de produção e modernização na montagem de veículos. O quadro 1 mostra as empresas localizadas na região.

Quadro 1 - Produtos e Data de Instalação das Empresas Automotivas – Paraná – 1997/2002

EMPRESA	PRODUTO	INSTALAÇÃO
Chrysler ⁹	Comerciais leves	Julho / 1998
Tritec Motors (Chrysler/BMW)	Motores	2002
Renault	Automóveis	Dezembro 1998
Renault	Motores	Dezembro 1999
Renault/ Nissan	Comerciais leves	2001 e 2002
Volkswagen/ Audi	Automóveis	Janeiro / 1999
Volvo (ampliações do complexo)	Cabines, motores e usinagem de motores	Outubro / 1997 (cabines), Março /1999 (motores) e Abril /2000 (usinagem)

Fonte: ANFAVEA (2005). In: IPARDES. Arranjo Automotivo da Região Metropolitana Sul-Curitiba no Estado do Paraná. 2005. adaptado

Conforme SANTOS & PINHÃO (1999), os investimentos das montadoras

⁸ IPARDES. Arranjo Automotivo da Região Metropolitana Sul-Curitiba no Estado do Paraná. 2005

⁹ A Chrysler inaugurada em Campo Largo encerrou suas atividades em abril de 2001

atraíram seus fornecedores e, ainda, a implantação de fábricas de motores, que no caso de automóveis são produzidos pelas próprias montadoras. Essas novas plantas caracterizam-se por serem bastante enxutas, tanto em termos de operações industriais como organizacionais, com poucos níveis hierárquicos. Além de fabricantes de autopeças, essas empresas trouxeram para o país firmas prestadoras de serviços, como logística, alimentação e administração de condomínios industriais.

“A indústria automobilística possui efeito de encadeamento, o que promove empregos nos demais setores da economia e estimula a capacitação tecnológica nas empresas locais e nos trabalhadores, melhorando o padrão social e de qualificação da sociedade como um todo.” (IPARDES, 2005)

Tabela 3- Empregados na indústria do material de transporte no Paraná

MESORREGIÕES	ANOS		
	1995	2002	variação
Sudeste Paranaense	50	53	6,00%
Centro-Sul Paranaense	100	54	-46,00%
Centro Ocidental Paranaense	69	71	2,90%
Sudoeste Paranaense	77	84	9,09%
Norte Pioneiro Paranaense	69	118	71,01%
Noroeste Paranaense	93	216	132,26%
Centro Oriental Paranaense	337	312	-7,42%
Oeste Paranaense	516	425	-17,64%
Norte Central Paranaense	1.600	2.189	36,81%
Metropolitana de Curitiba	6.132	18.057	194,47%
Total	9.043	21.579	138,63%

Fonte: RAIS. Ministério do Trabalho, 1995-2002.
Elaboração Própria

Na tabela 3, temos o número de empregados na indústria do material de transporte em 1995 e 2002. O incremento no total de vagas nesse setor foi de 138,63%, o que significou um aumento de 12.536 vagas, em valor absoluto, quase em seu total concentrada na Região Metropolitana de Curitiba. A Região Noroeste teve a segunda melhor variação no setor, com aumento de 132,26%, mas em números absolutos, com um aumento de 123 vagas, ficou atrás da Região Norte Central, que teve um incremento de 589 vagas.

A nova indústria automobilística encontra-se em conjuntura mundial fortemente marcada pelo paradigma da produção flexível. Nos deparamos com a elevação de produtividade, modificações na estrutura do emprego e no perfil do trabalhador. A realidade aponta ao enxugamento dos quadros na indústria automobilística nacional e à terceirização. Além da defasagem, é percebida uma flutuação constante no emprego, que pode estar retratando a flexibilização dos

contratos de trabalho. No caso das montadoras, o desenvolvimento tecnológico e organizacional é superior à média das demais empresas. Isto repercute sobre o emprego, confirmando ser a indústria automobilística instalada na RMC, poupadora de mão de obra. (ARAUJO & MOTIM, 2003).

Podemos comparar o número de empregos estimados e efetivamente criados na indústria automotiva paranaense e em seus fornecedores pelos números da tabela 4.

Tabela 4 - RMC: Número de empregos nas montadoras e por fornecedores selecionados, 2000

Estabelecimentos	Empregos Previstos	Empregos Criados até		Montadora
		2000		
Audi/Volkswagen	3.000		3.343	
Renault	2.000		2.177	
Chrysler	400		250	
Total Montadoras	5.400		5.770	
Tritec	1.000		202	Chrysler
Copo	400		46	Renault
Sommer Allibert	350		300	Renault e Audi
Bertrand Faure	300		95	Renault
Brose	270		40	Audi
Detroit Diesel	200		71	Chrysler
Brandi do Brasil	200		40	Audi
Koyo Steering	150		27	Renault
Johnson Controls	130		35	Audi
Edscha	120		115	Audi
Thera	110		45	Renault
Trèves	100		196	Renault
Grammer	100		80	Audi
SNR Roulements	75		75	Renault
Lear Corp	40		41	Chrysler
Dana	40		52	Chrysler
Total Fornecedores	3.585		1.460	

Fonte: MOTIM et alii (2004)¹⁰

Observa-se que o número de empregos previstos para a indústria automotiva se confirmou, pois até 2000 foram criadas 5770 vagas. O número de vagas criadas indiretamente pelos fornecedores das montadoras, porém, ficou muito abaixo do esperado, das 3585 vagas estimadas foram criadas 1460, cerca de 41% do total previsto para os fornecedores das três montadoras.

¹⁰ Fonte: Motim et alii. 2004. In: Sesso Filho et alii. Indústria Automobilística no Paraná: impactos na produção local e no Restante do Brasil. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Ctba. n.106, p.96. Jan/Jun/2004

4 EMPREGO NO PARANÁ NO PERÍODO 1995-2002

Neste capítulo será apresentada e explicada a trajetória dos números referentes ao emprego no Estado do Paraná. A análise se concentrará nos números por setor de atividade, número de estabelecimentos e emprego por mesorregiões paranaenses.

4.1 DIVISÃO MESORREGIONAL DO TERRITÓRIO PARANAENSE

As mesorregiões paranaenses são compostas por microrregiões, formadas pelas cidades de maior importância, conforme quadro 2.

Quadro 2 - Mesorregiões Geográficas do Paraná e Microrregiões

MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO
01 - Noroeste	Paranavai	06- Oeste	Toledo
	Umuarama Cianorte		Cascavel Foz do Iguaçu
02- Centro-Occidental	Goioerê Campo Mourão	07- Sudoeste	Capanema Francisco Beltrão Pato Branco
03- Norte Central	Astorga Porecatu Florai Maringá		08- Centro-Sul
	Apucarana	09- Sudeste	Prudentópolis Irati União da Vitória
	Londrina		São Mateus do Sul
	Faxinaí Ivaiporã		
04- Norte Pioneiro	Assai Cornélio Procópio Jacarezinho Ibaiti Wenceslau Braz	10- Metropolitana de Curitiba	Cerro Azul Lapa Paranaguá Rio Negro Curitiba
	05- Centro Oriental		Jaguariaíva Ponta Grossa

Fonte: IBGE. In: IPARDES

http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf

De acordo com a classificação estabelecida pelo IBGE em 1976, o Paraná tem seus municípios divididos em 10 mesorregiões¹¹ geográficas, conforme mapa 1.

Mapa 1 – Mesorregiões Paranaenses



Fonte: IBGE. In: IPARDES

http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_parana.pdf

¹¹ **Mesorregião** é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa. <http://enciclopedia.tiosam.com/enciclopedia/enciclopedia.asp?title=Mesorregi%C3%A3o>

4.2 EVOLUÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO NO PARANÁ

Para análise da oferta de emprego no Paraná, foram utilizadas as informações da RAIS, Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do trabalho, que referem-se somente ao conceito tradicional de emprego formal. A declaração é anual e obrigatória a todos os estabelecimentos existentes no território nacional.

Diante de um cenário nacional deteriorado, com insustentabilidade do regime macroeconômico vigente no período estudado (1995-2002), o Paraná como o restante dos estados brasileiros apresenta neste período baixos níveis de produção e emprego.

A tabela 5, nos fornece os números de postos de trabalho formais no Paraná nos anos de 1995 à 2002, separados por ramos de atividade.

Tabela 5 - Emprego Formal no Paraná, 1995 à 2002

ATIVIDADES	ANOS							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Extrativa mineral	4.225	4.164	4.171	3.870	3.675	4.302	4.659	4.286
Industria transformação	301.124	302.879	322.828	317.145	330.282	353.881	372.956	408.936
Serv. ind.utilidade pública	19.872	18.972	18.915	16.278	16.645	16.505	16.444	17.147
Construção civil	63.516	69.370	77.146	71.966	62.371	64.528	63.377	60.408
Comércio	230.610	232.317	250.062	258.722	273.605	290.006	308.023	336.703
Serviços	429.987	426.868	453.264	469.796	484.572	510.719	547.169	568.930
Administração pública	327.335	311.390	321.161	328.512	320.663	327.816	324.922	334.861
Agropecuária	77.221	76.571	79.794	93.538	88.965	85.616	84.106	81.360
Outros / ignorado	8.594	2.532	788	209	16	62	0	0
Total	1.462.484	1.445.063	1.528.129	1.560.036	1.580.794	1.653.435	1.721.656	1.812.631

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS: 1995-2002. Brasília. CD-ROM

Elaboração Própria

No ano de 1996 temos, com relação ao ano anterior, um decréscimo de 1,19% no número de vagas. Nos anos que seguiram, até 1999 observamos uma estagnação do crescimento com variação que não chegou a 2%. A partir de 1999 o Estado passa a apresentar taxas de crescimento mais altas, estas, porém, continuam insuficientes perante o desemprego. Em 2002, ano em que o emprego apresentou um crescimento de 5,28% o percentual da População Economicamente Ativa (PEA), que estava desempregada era de 12,81%¹². Na tabela 6, podemos observar a variação do número total de empregos no período 1995-2002.

¹² Fonte: CENSO/2000 – IBGE- Elaboração M.T.E

Tabela 6 - Variação do Número de Empregos no Período 1995-2002 - Ano base 1995 - (%)

ATIVIDADES	ANOS							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Extrativa mineral	100	-1,44	-1,28	-8,40	-13,02	1,82	10,27	1,44
Industria de Transformação	100	0,58	7,21	5,32	9,68	17,52	23,85	35,80
Ind. de prod. minerais nao metálicos	100	-3,51	14,97	9,16	6,70	9,28	10,73	13,59
Indústria metalúrgica	100	7,80	17,89	23,61	30,29	38,56	46,30	57,33
Indústria mecânica	100	0,11	-3,74	-6,53	-7,31	4,95	10,62	24,42
Ind. do mat. elétrico e comunicações	100	9,16	35,13	27,27	20,15	37,74	28,98	35,15
Indústria do material de transporte	100	-14,33	48,29	62,83	99,12	135,15	134,60	138,63
Indústria da madeira e do mobiliário	100	2,55	8,28	3,66	15,49	19,23	20,57	28,42
Ind.do papel, papelao, edit. e gráfica	100	-4,18	1,54	-3,11	3,45	10,87	13,26	18,36
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	100	-3,14	2,69	-5,61	-15,69	-9,30	5,55	-0,89
Ind. química de prod. farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	100	-2,89	1,04	3,82	12,54	24,66	30,36	44,19
Ind. têxtil do vestuário e art. Tecidos	100	9,42	15,79	16,03	30,27	48,59	59,44	78,32
Indústria de calçados	100	5,24	-4,22	-2,69	-8,22	8,08	4,00	0,95
Ind. de prod. Alim., bebidas e álcool	100	-1,12	-1,09	-3,14	-7,39	-5,74	5,59	25,07
Serviços industriais de utilidade pública	100	-4,53	-4,82	-18,09	-16,24	-16,94	-17,25	-13,71
Construção civil	100	9,22	21,46	13,30	-1,80	1,59	-0,22	-4,89
Comércio	100	0,74	8,44	12,19	18,64	25,76	33,57	46,01
Comércio varejista	100	2,31	12,32	16,71	23,16	33,06	41,42	55,25
Comércio atacadista	100	-5,39	-6,76	-5,47	0,99	-2,78	2,89	9,87
Serviços	100	-0,73	5,41	9,26	12,69	18,78	27,25	32,31
Inst. Crédito, seguros e capitalização	100	-27,08	-44,77	-47,90	-55,20	-53,00	-53,43	-52,92
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	100	11,33	24,48	32,99	54,31	64,93	75,09	73,19
Transportes e comunicações	100	-2,87	0,35	2,44	-1,56	3,47	9,34	11,15
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	100	8,34	25,65	30,68	32,10	38,20	55,39	69,99
Serv.médicos, odont. e veterinários	100	6,91	18,07	22,98	27,58	29,12	34,25	45,16
Ensino	100	-5,23	-0,49	5,28	11,67	21,44	27,66	29,65
Administração pública	100	-4,87	-1,89	0,36	-2,04	0,15	-0,74	2,30
Agropecuária	100	-0,84	3,33	21,13	15,21	10,87	8,92	5,36
Outros / ignorado	100	-70,54	-90,83	-97,57	-99,81	-99,28	-100,00	-100,00

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS: 1995-2002. Brasília, CD-ROM
Elaboração Própria

A variação total do período estudado foi de 23,94%, o que significou um aumento de 350.147 vagas de trabalho em relação à 1995. A atividade industrial foi a principal impulsionadora deste crescimento, com um acréscimo de 35,80% no número de empregados, totalizando 107.812 novas vagas no setor. A mesorregião Norte Central foi a que apresentou maior crescimento relativo no setor, 39,55%, que representou 27.402 novas pessoas empregadas. Destaca-se, nesse setor, a

indústria do material de transporte, que teve um crescimento absoluto de 12.536 trabalhadores, representando uma variação de 138,63%, crescimento, porém, altamente concentrado na Região Metropolitana de Curitiba. O setor industrial é o principal empregador em cinco mesorregiões paranaenses: Noroeste, Norte Pioneiro, Centro-Oriental, Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste. Nestas o destaque se dá para a indústria da madeira e mobiliário e para a indústria têxtil. Na indústria do setor alimentício e de bebidas, que apresentou um crescimento absoluto de 20.991 novos empregos, destaca-se a região Oeste, onde foram criadas 7.446 vagas, que, de acordo com o IPARDES decorreram do aumento dos investimentos na ampliação de unidades de abate de aves.

O Comércio foi a atividade que apresentou o maior número de contratações, mais 106.093 pessoas empregadas em 2002 com relação à 1995, um aumento de 46%. O maior crescimento em números absolutos se deu na mesorregião Metropolitana de Curitiba, foram 38.280 novos empregos, um aumento de 40,41%, região que detem 33,31% dos estabelecimentos totais do Paraná. No Norte Central crescimento de 52,84%, 25,597 novas vagas no setor. O desempenho deste setor, de acordo com o IPARDES, decorreu principalmente da expansão das redes de supermercados e hipermercados no Estado, verificada a partir da segunda metade da década de 1990. Houve também forte influência do comércio de vestuário e calçados, associada ao incremento da renda e do crédito.

Na tabela 7 temos os dados de emprego formal por atividade econômica, e por mesorregiões do Paraná nos anos de 1995 e de 2002, assim como, sua variação percentual.

Tabela 7 - Emprego Por Atividade e Mesorregiões Paranaenses em 1995 e 2002

Atividades	INDUSTRIA			CONSTR CIVIL			COMERCIO			SERVICOS			AGROPECUARIA			OUTROS			TOTAL		
	1995	2002	var (%)	1995	2002	var (%)	1995	2002	var (%)	1995	2002	var (%)	1995	2002	var (%)	1995	2002	var (%)	1995	2002	var (%)
MESORREGIÕES	1995	2002	(%)	1995	2002	(%)	1995	2002	(%)	1995	2002	(%)	1995	2002	(%)	1995	2002	var (%)	1995	2002	(%)
Noroeste	18.438	30.978	68,01	1.295	1.452	12,12	8.893	15.622	75,67	23.300	33.453,6	45,36	7.292	10.641	45,93	889	0	-100,00	60.107	92.563	54,00
Centro Ocidental	6.013	7.847	30,50	530	463	-12,64	6.535	7.571	15,85	17.525	19.060	8,76	5.414	4.923	-9,07	163	0	-100,00	36.180	39.864	10,18
Norte Central	70.292	97.562	38,80	11.841	11.563	-2,35	48.440	74.037	52,84	112.645	150.391	33,51	17.660	19.061	7,93	1.734	0	-100,00	262.612	352.614	34,27
Norte Pioneiro	9.387	15.536	65,51	600	1.030	71,67	7.860	10.779	37,14	22.320	27.137	21,58	13.419	13.252	-1,24	246	0	-100,00	53.832	67.734	25,82
Centro Oriental	25.564	29.643	15,96	3.024	3.311	9,49	12.284	20.364	65,78	32.422	42.088	29,81	8.413	9.161	8,89	421	0	-100,00	82.128	104.567	27,32
Oeste	21.855	38.577	76,51	6.475	7.327	13,16	30.037	42.380	41,09	59.208	80.372	35,75	9.451	7.622	-19,35	609	0	-100,00	127.635	176.278	38,11
Sudoeste	9.925	17.889	80,24	1.351	1.549	14,66	8.995	13.311	47,98	16.208	22.251	37,28	2.390	2.793	16,86	187	0	-100,00	39.056	57.793	47,97
Centro-Sul	12.735	17.900	40,56	1.584	1.901	20,01	7.988	11.414	42,89	16.993	24.613	44,84	5.183	5.349	3,20	141	0	-100,00	44.624	61.177	37,09
Sudeste Metropolitana de Curitiba	13.720	16.982	23,78	616	1.016	64,94	4.854	8.221	69,37	10.608	14.934	40,78	1.766	2.437	38,00	151	0	-100,00	31.715	43.590	37,44
Total	325.221	430.369	32,33	63.516	60.408	-4,89	230.610	336.703	46,01	757.322	903.791	19,34	77.221	81.360	5,36	8.594	0	-100,00	1.462.484	1.812.631	23,94

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS: 1995-2002. Brasília. CD-ROM

Elaboração Própria

O setor de serviços continuou sendo o principal empregador no Estado, com um incremento de 32,31% no pessoal empregado, em valores absolutos isto representou um acréscimo de 138.943 novas vagas de trabalho. Houve uma diminuição de mais de 36 mil empregos no sub-setor de instituições de crédito, seguros e capitalização, porém um grande aumento, mais de 76 mil novas ocupações em serviços de alojamento, alimentação, reparação, etc. Na mesorregião Metropolitana de Curitiba encontram-se 61.689 dessas novas vagas e 29.180 na Norte Central. Nessas e em outras duas mesorregiões, a Centro-Occidental e Oeste, o setor é responsável pela maioria dos empregos. A Mesorregião que apresentou maior variação foi a Sudeste, com um aumento de 79,89%, e em termos absolutos 3.290 novas vagas. De acordo com o IPARDES (2005)¹³, destacam-se os serviços de segurança e vigilância patrimonial, higienização e limpeza e recrutamento de mão-de-obra, evidenciando a proliferação da terceirização e o agravamento da questão da segurança no meio urbano. Segundo LEITE (1994, p.385)¹⁴, a explicação para o crescimento deste setor é de que: "o setor de serviços foi, também, o caminho da mão de obra que não mais conseguiu encontrar ocupação em um setor industrial sob forte pressão competitiva."

No setor educação, foram criadas 14.841 novas vagas, um crescimento de 29,65%. Do total criado, 4.808 estavam no Norte Central, 3.525 no Oeste e 2.491 na Região Metropolitana de Curitiba. O ensino superior foi responsável por mais da metade das vagas. Conforme IPARDES (2005), o desempenho derivou do crescimento do número de faculdades e centros universitários no Estado. Quanto ao número de estabelecimentos, houve um aumento de 862 no total do Estado. Na Região Metropolitana de Curitiba foram abertos 329 e 225 no Norte Central.

O setor agropecuário, que em 1995 contava com pouco mais de setenta e sete mil pessoas empregadas, apresentou um crescimento no número de pessoal empregado de 21,13% até 1998, a partir desse ano até 2002, porém, apresentou uma queda de 13,02%. No total do período, apresentou um crescimento de apenas 5,36%, em valores absolutos isto representou 4.139 novas vagas. Os melhores resultados são da Mesorregião Noroeste, que apresentou crescimento de 45,93% ou 3.349 novas vagas em valores absolutos, e da Mesorregião Sudeste, com variação de 38%. A Mesorregião Oeste apresentou um decréscimo de 19,35% no período, o

¹³SANTOS et alli. Emprego Formal no Paraná: evolução no período 1996-2004. IPARDES. Análise Conjuntural. v. 27, n. 5-6, p. 19, maio/jun. 2005.

¹⁴ LEITE (1994, p.385) In: Líbano, Maria C. - O Perfil do Trabalhador da Cidade Industrial de Curitiba, tese de especialização. Orientador Armando Vaz Sampaio. UFPR. 2002.

que representou 1829 postos de trabalho. A atividade Agropecuária concentra-se principalmente nas mesorregiões Norte Central e Centro Oriental, que em 2002 detinham 23,43% e 16,29% das vagas totais do Estado no setor, respectivamente. Conforme trabalho do IPARDES ¹⁵: “Observou-se que a tendência à redução da ocupação agrícola foi intensificada na presente década, associada a processos de alteração da pauta de produtos agrícolas, introdução de inovações e aprofundamento da mecanização do processo produtivo.”

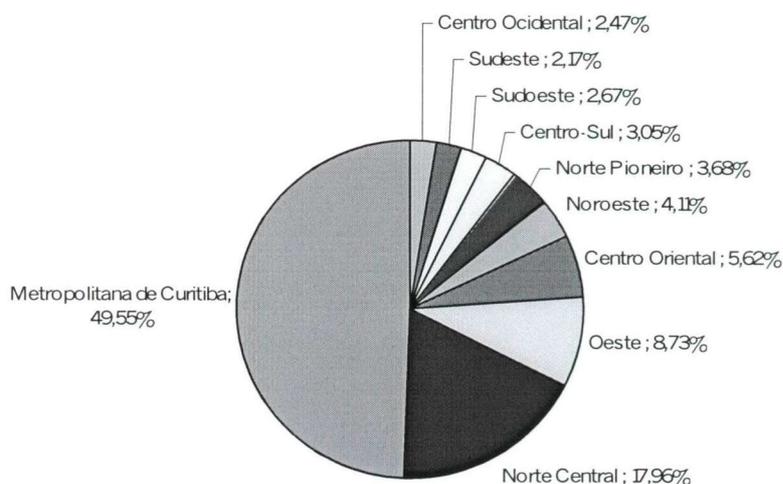
Na área de administração pública, o crescimento total foi de apenas 2,30%, que em termos absolutos representou 7.526 vagas. Na Região Metropolitana de Curitiba, houve uma diminuição de 18.707 vagas. Nesta mesorregião, em 2002 o setor era responsável por 22% dos empregos formais. O maior aumento no setor foi na mesorregião Norte Central, com variação de 24,47%.

A construção civil teve uma redução de 4,89% no pessoal empregado, o que em valores absolutos significa uma perda de 3.108 vagas de trabalho. A queda foi acentuada na Região Metropolitana de Curitiba, onde a diminuição foi de 5.404 postos de trabalho. Essa redução pode ser explicada pela escassez de recursos para financiamento e da redução dos gastos públicos. Houve diminuição também, de 13,71%, no setor de serviços industriais de utilidade pública.

Em 1995 quase 50% do total de empregos do Paraná estavam concentrados da Região Metropolitana de Curitiba (ver gráfico 2), em segundo lugar aparecia a mesorregião Norte Central com quase 18% dos empregos do Estado. A região Sudeste era a menos expressiva do Estado, com apenas 2,17% do total. Em 2002 notamos uma variação nas posições relativas (gráfico 3), com a diminuição da participação da mesorregião Centro-Occidental, passando a ser a menor participação do Estado.

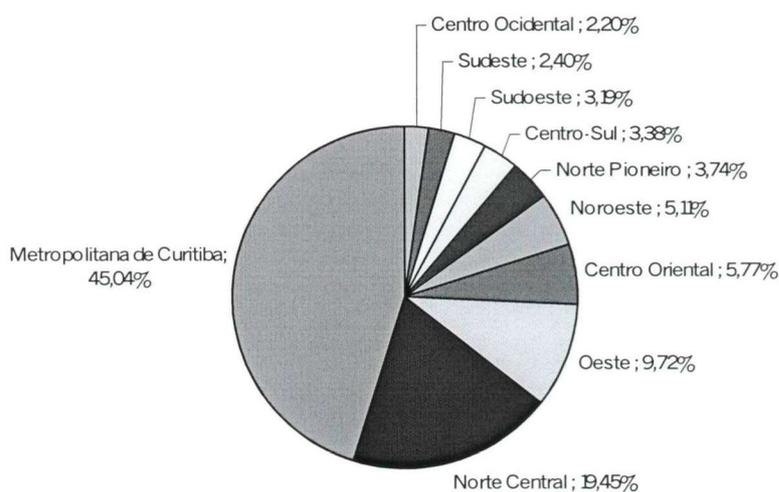
¹⁵ LIBARDI & DELGADO. A Redução do Trabalho Agrícola no Paraná. IPARDES. Revista Paranaense. Desenvolvimento, Curitiba, n.95, jan./abr. 1999, p. 51-59

Gráfico 2 - Concentração dos empregos por mesorregiões paranaenses em 1995



Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS: 1995-2002. Brasília. CD-ROM
Elaboração Própria

Gráfico 3 - Concentração dos empregos por mesorregiões paranaenses em 2002



Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS: 1995-2002. Brasília. CD-ROM
Elaboração Própria

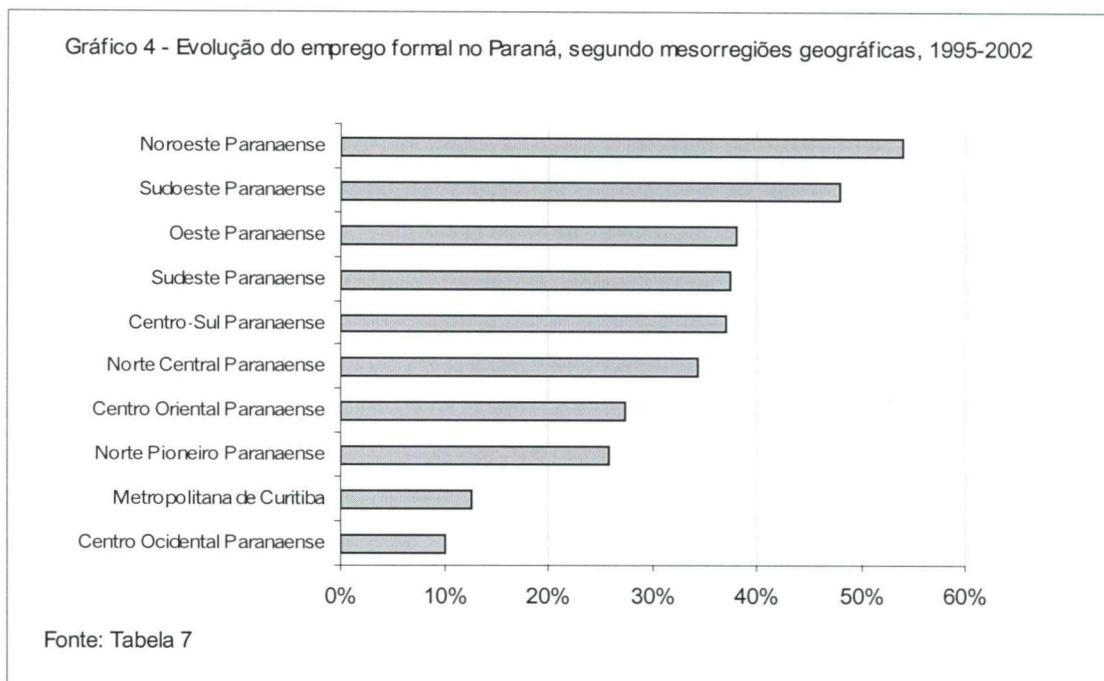
Referente ao aumento dos empregos, notamos que relativamente este foi mais expressivo na mesorregião Noroeste, 54% em relação a 1995 (ver gráfico 3), que em números significou 32.456 novas contratações (ver tabela 7). Destacam-se nessa região, que compreende as microrregiões de Paranavaí, Umuarama e Cianorte, os setores do comércio, que teve um aumento de 75,67% e a indústria, com aumento de 68,01%. A indústria, em 2002 tinha peso relativo de 33,25% no total de empregos da região. A indústria têxtil, de grande peso na região, principalmente em Cianorte, foi responsável por 5.834 dos novos empregos.

Em termos absolutos, destaca-se a mesorregião Norte Central, onde foram criadas 90.002 novas vagas de trabalho, relativamente o aumento foi de 34,27%, o que provocou o aumento de sua participação no total do Estado em 1,49 pontos percentuais. Destacam-se nesta região o setor de serviços que detinha em 2002 30,29% dos empregos, e a indústria (27,42%), com destaque para a indústria de produtos alimentícios indústria de têxteis e vestuário.

A Região Metropolitana de Curitiba perde participação no total em 4,5 pontos percentuais. O aumento relativo da ocupação na região foi de 12,68%, e em termos absolutos, aumento de 91.856 no número de ocupados. Nesta mesorregião destacam-se os setores: Serviços, com crescimento absoluto de 44 mil novas vagas, comércio, com aumento de 38.280 empregos e a indústria, que teve crescimento de 23.265 vagas, em especial a de materiais de transportes, com incremento de 11.925 pessoas empregadas, um crescimento de 194,47% em relação à 1995. Na região o subsetor de instituições de crédito, seguros e capitalização foi responsável pela eliminação de 37.718 trabalhadores, enquanto que a construção civil teve diminuição em 5.404 postos de trabalho.

A mesorregião Oeste, que possui a terceira maior concentração dos empregos no Paraná, apresentou um crescimento de 38,11% nas ocupações, o que significou 48.643 novos postos de trabalho. O comércio é o setor mais representativo na região, 30,58% do total dos empregos em 2002, e apresentou o maior aumento absoluto no período 17.048 novos trabalhadores. A indústria, que também tem peso significativo na região, teve adicionados 15.828 novos empregos. A principal baixa na região, foi na agropecuária, com a diminuição de 1.829 empregos.

No gráfico 4 podemos ver a variação percentual do emprego nas mesorregiões paranaenses.



Na mesorregião Sudoeste, que detinha em 2002 apenas 3,19% dos postos de trabalho do estado, o crescimento foi de 47,97%, em números isto representou 18.737 novas contratações. A atividade industrial tem significativa importância na região (30,41% do total de empregos em 2002), e apresentou um bom crescimento entre 1995 e 2002, cerca de 80%, que significou 7.810 novos empregos.

A Centro-Sul, formada pelas microrregiões de Guarapuava e Palmas, apresenta baixa densidade populacional e foi responsável, em 2002, por 3,38% das ocupações formais no Estado. Apresentou um crescimento de 37,09%, ou 16.553 novos trabalhadores ocupados, sendo indústria o setor que mais cresceu nessa mesorregião, 29,03% no período. A indústria é também o setor que possui maior participação no total de empregos, 17.557 empregos eram da indústria em 2002., destaca-se a indústria da madeira e mobiliário (16,53% do total de empregos da região, em 2002), que por tendência vem se modernizando.

O Norte Pioneiro, que concentrou em 2002 3,74% dos empregos do Estado, apresentou um crescimento de 25,82% no período 1995-2002. Foram 13.902 novas vagas, 6.309 delas pertencentes à indústria. A agropecuária que em 1995 era o setor dominante da região (24,93%) perde importância relativa para a indústria em 2002, esta passa a concentrar 22,23% dos empregos totais da região, contra 19,56% da agropecuária.

A mesorregião Sudeste apresenta uma das menores participações no

emprego do estado, 2,40% em 2002. Esta região possui uma das menores populações e é a região menos urbanizada do Estado. Apresentou uma variação, com relação a 1995 de 37,44%, ou um aumento de 11.875 postos de trabalho. Os setores que mais contribuíram para o crescimento em termos absolutos, foram o de comércio e o de serviços com aumento de 3.367 e 3.290 no número de pessoal empregado, respectivamente. Em termos de participação destaca-se a indústria que em 2002 detinha 38,37% dos empregos da região. O complexo da madeira predomina no perfil industrial da região. Na indústria alimentícia, o processamento da erva-mate ocupa posição de destaque.

A menor participação do Estado é da região Centro-Ocidental que de 2,47% em 1995 passa a possuir 2,20% do total dos empregos do Paraná em 2002. Os postos de trabalho da região concentram-se nos setores de serviços e administração pública direta. A variação percentual do total de empregados também foi a menor entre as mesorregiões do Estado, 10,18%, apenas 3.684 vagas criadas. O setor industrial foi o que mais contratou no período, sendo 1.918 trabalhadores contratados. Destacam-se os subsetores da madeira e mobiliário e da indústria metal mecânica. No setor agropecuário observamos a diminuição de 491 empregos, e no comércio atacadista de 1.159. O comércio, porém, apresentou variação positiva, devido às 2.195 contratações do comércio varejista.

5 CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho é explicar a evolução do emprego no Paraná nos anos de 1995 a 2002 e quais foram os fatores que exerceram maior influência no comportamento desta variável. Para tal estudo foram utilizados números da RAIS, chegando-se a algumas conclusões quanto à geração de postos de trabalho no período:

A política econômica nacional vigente no período limitou as possibilidades de crescimento econômico e teve um impacto negativo sobre o mercado de trabalho brasileiro e das unidades federativas. Apesar de o Paraná apresentar no período estudado um crescimento ligeiramente superior ao do país e um aumento no número de empregos formais, a taxa de desemprego estadual era de 6,4% em dezembro de 2002.

No período estudado foram criados pouco mais de trezentos e cinquenta mil novos postos de trabalho, um aumento de 23,94% com relação a 1995. A atividade que apresentou o maior crescimento nas contratações foi o comércio, que apresentou um aumento relativo de 46%. Desempenho, de acordo com o IPARDES, impulsionado principalmente pela expansão das redes de supermercados e hipermercados. O setor de serviços, segundo uma tendência nacional, continuou sendo o principal empregador do estado, e em números absolutos apresentou o maior número de contratações, 138.493 novos trabalhadores contratados.

Destaca-se no período estudado, a indústria do material de transporte, que apresentou um aumento de 12.536 postos de trabalho, representando uma variação de 138,63%. Este crescimento, porém, foi altamente concentrado na Região Metropolitana de Curitiba, onde foram instaladas três novas montadoras (Chrysler, Audi/Volkswagen e Renault, sendo que a primeira encerrou suas atividades no Paraná em abril de 2001). Além de atrair fabricantes de autopeças as montadoras foram responsáveis pela atração de várias firmas prestadoras de serviços, explicando assim o elevado aumento de estabelecimentos no setor de serviços. Apesar da significativa contribuição para melhora da oferta de emprego no Paraná o número de empregos gerados ficou aquém do esperado, principalmente porque essas novas indústrias são detentoras de elevado desenvolvimento tecnológico e organizacional, garantindo assim, elevada produtividade. Marx já reforçava a idéia de que o desenvolvimento do capitalismo aceleraria o aumento da composição

orgânica do capital, através da redução de sua parte variável, decorrente do aumento da produtividade. Essa redução na mão de obra pode ser vista claramente na indústria automotiva instalada na RMC, e também no setor agroindustrial.

No setor agrícola foi registrada queda de 5,36% no pessoal empregado, queda associada à introdução de inovações e mecanização do processo produtivo. A atividade é mais concentrada nas mesorregiões Norte Central e Centro Oriental Paranaenses, que juntas detinham quase 40% das vagas do setor no Estado.

Em 1995 quase 50% dos empregos totais do Estado, encontravam-se na mesorregião Metropolitana de Curitiba. Em termos relativos, a região perde participação e, em 2002 passa a deter 45% das vagas totais do Estado. Em números absolutos, apresentou a criação de 91.856 novos postos de trabalho, destes, mais de 61 mil pertenciam ao setor de serviços.

O crescimento do emprego formal se deu com maior intensidade no interior do estado, que apresentou um aumento de 73,77% contra um aumento de 26,23% na mesorregião Metropolitana de Curitiba. De acordo com o IPARDES, isto se deu principalmente devido ao desempenho do agro negócio e do aumento das exportações. Relativamente, a mesorregião que apresentou maior crescimento entre 1995 e 2002 foi a Noroeste, que apresentou variação de 54%. Foram 32.456 novos empregos, destacando-se o setor industrial, com crescimento de 68,01% (12.483 vagas). Destes empregos, 5.834 foram criados na indústria têxtil, que possui grande peso na região, principalmente em Cianorte.

A mesorregião Norte Central destacou-se em crescimento absoluto, foram 90.002 novas vagas de trabalho. Destacaram-se nesta região o setor de serviços, com mais de 29 mil contratações e o setor industrial, com mais de 27 mil novos empregados (a maior parte deles na indústria do vestuário e de produtos alimentícios).

A menor variação no número de empregos no período estudado se deu na mesorregião Centro-Occidental, composta pelas microrregiões de Jaguariaiva e Ponta Grossa. O aumento absoluto nesta região foi de 3.684 vagas de trabalho, a maior parte delas criada na indústria e no setor de serviços, o comércio também teve bom desempenho no período estudado.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORBA, L. M. **A questão do Desemprego: Pigou x Keynes, uma análise crítica.** Monografia de graduação. Orientador Francisco Paulo Cippola, UFPR – Ciências Econômicas, 1977, Curitiba, PR, p. 33-37.

CHIAVON, E. M. C. **A geração de emprego, trabalho e renda como motor para o desenvolvimento.** IPEA. Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, n. 22, nov., 2003.

BOLETIM do DIEESE. **Cinco anos de plano real.** 1999a Disponível em: <www.dieese.org.br/esp/real5ano.xml> Acesso em 10 set. 2006.

_____. **Crise financeira e vulnerabilidade do real 1.** 1998. Disponível em: <www.dieese.org.br/esp/real/crisereal.xml>. Acesso em 09 set. 2006.

_____. **Estabilidade custa emprego.** 1995. Disponível em: <www.dieese.org.br/esp/real/cjuout95.xml> Acesso em 09 set. 2006.

_____. **O aniversário do real.** 1999b. Disponível em: <www.dieese.org.br/bol/cju/cjumai99.xml>. Acesso em 10 set. 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS: 1995-2002.** Brasília. CD-ROM

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Políticas estaduais de apoio ao investimento no Brasil – Estado do Paraná.** 2000

IBGE. In: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Mesorregiões geográficas – Paraná.** Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_parana.pdf>

IBGE. In: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Relação dos municípios por microrregiões e mesorregiões geográficas – Paraná.** Disponível em: - <http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_para_na.pdf>

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Análise Conjuntural**, v.28, n.07-08, p. 44-52, jul./ago. 2006.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. Arranjo Automotivo da Região Metropolitana Sul-Curitiba no Estado do Paraná. 2005

_____. **Comércio Exterior**. n. 6, 2002.

_____. **Paraná: diagnóstico social e econômico**. Curitiba, 2003.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo : Nova Cultural, 1988.

LIBARDI, D. & DELGADO, P. A Redução do Trabalho Agrícola no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.95, jan./abr. 1999, p. 51-59

LOPES, S.S. **Balanço das políticas de emprego e renda no período 1995-2002**. IPEA (Mercado de trabalho, conjuntura e análise, Nov/2002).

LOURENÇO, G. M. O Paraná e o redesenho das economias regionais. **Revista da FAE**. Curitiba, v. 4, n. 2, p. 1-12, maio/ago., 2001

_____. Reflexos do Plano Real sobre a Economia Paranaense. IPARDES. **Análise Conjuntural**. v. 17, n. 11-12, p.4. nov./dez., 1995

IPEADATA – Dados regionais <www.ipeadata.gov.br>, acesso em 06/08/2006.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1996.

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro II**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1996.

MATTOSO, J., POCHMANN, M. **Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. Economia e Sociedade**. Campinas. n.10, p. 213-238, jun., 1998.

MENDONÇA, S. E. A. **Perspectivas do mercado de trabalho para os próximos anos**. IPEA, 2003.

MOREIRA, M. M., CORREA, P. G. Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. *Revista de Economia Política*. v. 17, n. 2, p. 61-89, abr./jun., 1997.

MOREIRA, M. M., NAJBERG, S. **Abertura comercial: criando ou exportando empregos?**. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, Ago. 1998. v. 28, n. 2

MOTIM et alii. 2004. In: SESSO FILHO, et alii. Indústria Automobilística no Paraná: impactos na produção local e no Restante do Brasil. IPARDES. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Ctba. n.106, p.96. Jan/Jun/2004

MOTIM, B. M.; FIRKOWSKI, O.L.C.F. e ARAÚJO, S.M.P. **Desconcentração da indústria brasileira e seus efeitos sobre os trabalhadores. A indústria automobilística no Paraná. (2002)** Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-88.htm>> acesso em 17/09/2006

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

ROBINSON, J. **Introdução à teoria geral do emprego**. São Paulo: Nacional, 1986

SANTOS, A.M.M., PINHÃO, C.M.A. **Pólos automotivos brasileiros.**(1999) Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set1004.pdf>>. Acesso em 10/09/2006

SILVA, M.L.F. Plano real e âncora cambial. *Revista de Economia Política*. v. 22, n. 3, p. 03-23, jul./set., 2002.

WOSCH, L.F.O. Perfil das Exportações Paranaenses nos Anos Noventa. IPARDES. **Análise Conjuntural**, v.21, n.11-12, nov/dez.1999